

A defesa do meio ambiente na esfera federal

Paulo Nogueira Neto

Para fins didáticos podemos falar de um lado em conservação da natureza e de outro lado em controle da poluição. A conservação da natureza foi definida pela União Internacional de Conservação da Natureza como o uso racional dos recursos naturais. Já a preservação da natureza é um conceito de caráter mais rigoroso e implica a intocabilidade das áreas naturais.

Para a constituição de bancos genéticos, que nada mais são do que reservas integrais de todos os animais e vegetais que vivem num determinado local, em quase todos os países existem Parques Nacionais e também Reservas Biológicas. Estamos implantando na Sema um programa de Estações Ecológicas. Cada uma delas é uma área natural na qual a natureza é preservada e onde fazemos instalações que permitem a realização de estudos básicos de Ecologia. Assim, uma Estação Ecológica tem um pequeno laboratório, casas de hóspedes, campo de pouso, estrutura administrativa, estação de rádio, gerador de eletricidade, etc. A Secretaria Especial do Meio Ambiente está no momento implantando 12 dessas Estações, desde as proximidades da fronteira da Venezuela até perto da fronteira do Uruguai.

A Estação Ecológica da Ilha de Maracá, no Território Federal de Roraima, conta com cerca de 90 mil ha e está situada no limite entre os campos naturais daquela região e a Floresta Amazônica de alto porte. Ela acha-se situada a 150 Km de Boa Vista, capital do Território, e já se encontra em pleno funcionamento. Está no limite entre a floresta e os campos de Roraima.

Perto de Manaus, no Rio Negro, estamos implantando a Estação Ecológica das Ilhas Anavilhanas, com cerca de 300 mil ha. É um dos maiores arquipélagos fluviais do mundo. Também está incluída nesta área uma grande região de terra firme. Existem lá milhares de ilhas e uma fauna muito rica e variada, principalmente no que se refere a aves. No entanto, o Rio Negro é bastante pobre em peixes. Devido às características especiais das suas águas, elementos biocidas praticamente impedem a sobrevivência de quase todos os insetos aquáticos.

No Piauí, numa área de quase 130 mil hectares, a Sema está em vias de terminar a instalação da Estação ecológica do Rio Uruçuí Una, a uns 800 Km de Teresina, na região Sudoeste do Estado. É também uma área ecologicamente valiosa, pois se encontra no limite entre a caatinga e o cerrado do Brasil Central.

Bem no Oeste do Ceará está quase terminada a construção da Estação Ecológica de Aiuaba, com cerca de 13 mil ha, abrigando a derradeira floresta arbórea de certa expressão, na caatinga. Quase todas as outras matas da região semi-árida brasileira já foram destruídas. Portanto, tem um valor muito grande.

Na Bahia, a cerca de 40 km do Sul de Paulo Afonso, estamos implantando a Estação Ecológica do Raso da Catarina, numa área de cerca de 150 mil ha. Essa região é muito seca e não existem lá cursos d'água perenes. A caatinga ali existente é de um tipo arbustivo, com um grande número de cactáceas. Essa área faz parte da região de Canudos e estava assinalada nos mapas de Euclides da Cunha como os "Sertões". As instalações da sede da Estação e das casas de guarda já se acham terminadas, restando equipá-las.

No Estado de São Paulo, estamos nos preparando para estabelecer a Estação Ecológica da Juréia, no maciço do mesmo nome, no litoral entre Peruíbe e Iguape. É uma área muito interessante, pois vai desde um costão e uma pequena praia até montanhas de quase 900 m de altura. A fauna tem sido at e aqui rigorosamente protegida pelo seu principal proprietário, Carlos Teles Correa. Inicialmen-

te, a Estação da Sema terá cerca de 11 mil ha.

No Estado do Rio Grande do Sul, perto da fronteira do Uruguai, a Estação Ecológica do Taim compreende diversas lagoas e um grande banhado, com cerca de 32 mil hectares. É uma região muito importante, porque ali, no inverno, se refugiam muitas aves aquáticas que migram da Patagônia. É o caso do cisne de pescoço preto. Além disso, a Estação Ecológica possui a mata mais meridional do Brasil, de grande valor. O Taim está localizada entre a Lagoa Mirim e o Oceano Atlântico. No momento, já foram desapropriados cerca de 8 mil ha e devemos brevemente receber mais 16 mil ha de terras públicas, depois de terminar um estudo de discriminação em curso. A sede da Estação Ecológica do Taim está pronta e as pesquisas científicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul já se realizam ali de modo intenso.

Na região serrana do Rio Grande do Sul está sendo implantada a Estação Ecológica de Aracuri, no grande planalto de Vacaria. A terra já pertence à Sema. São apenas 272 ha, mas ali existem cerca de 5 mil pinheiros, além de outras árvores. Alguns exemplares de *Araucaria* são verdadeiramente gigantes. Essa Estação possui também uma pequena área de campo nativo e abriga durante parte do ano uma espécie muito rara de papagaios, a *Amazona petrei*.

No Pantanal Sul, estamos no momento escolhendo uma área para uma Estação Ecológica. No Pantanal Norte, a 90 km, ao sul de Cáceres, no Rio Paraguai, já foi iniciada a construção da Estação Ecológica de Taimã, na ilha do mesmo nome. Existem ali dezenas de lagoas, pequenas matas e também banhados que abrigam os animais típicos do Pantanal. É uma região muito piscosa e altamente apropriada para estudos sobre a fauna aquática. Já está pronto o campo de pouso, num aterro com cerca de 1000 m de extensão. As construções da sede prosseguem em ritmo acelerado.

No Norte de Mato Grosso, junto aos rios Iquê e Juruena, estamos construindo a Estação Ecológica do mesmo nome. Achar-se praticamente terminados os trabalhos de construção dos edifícios e agora iniciamos a aquisição dos equipamentos. O campo de pouso também já está concluído. Infelizmente, surgiram problemas de ordem legal. Parte dessa Estação Ecológica de 266 mil hectares está sendo reivindicada pela Funai, mas trata-se apenas de uma área de 56 mil ha, o que ainda deixaria a Estação com uma superfície razoável. É uma região de transição entre a floresta amazônica e o cerrado.

Além dessas Estações, outras estão sendo planejadas, como a do Rio Acre, a da ilha de Maracá-Jipioca, nas costas do Território do Amapá, a de Mamanguape, no Estado da Paraíba, a de Caracará, no território de Roraima, a da Serra do Brigadeiro, em Minas Gerais, a de Murici, em Alagoas, e também a de Itabaiana, em Sergipe, a da Lapa, no Paraná, etc. O programa tem sido muito bem sucedido, graças ao auxílio que recebemos da Finep, da Subin, do Pólo Amazônia, do Pólo Nordeste, do Banco da Amazônia e de outras entidades.

A conservação ambiental inclui também aspectos muito importantes, referentes ao controle da poluição. Assim, os principais rios brasileiros já estão sendo classificados dentro de quatro categorias. A primeira se refere a cursos d'água que atravessam regiões onde não há nenhum tipo de poluição industrial e onde nem sequer existem despejos de esgotos. Já a categoria 2 é constituída pelos rios que têm alguma poluição mas ainda não suficiente para desaconselhar a natação. Assim, nesses rios pode-se nadar. Também os peixes mais exigentes em oxigênio sobrevivem ali. O tratamento dessas águas para fins do abastecimento público é feito de maneira relativamente

fácil. Já a categoria 3 apresenta água imprópria para a natação. O abastecimento público pode ser feito, mas exige um tratamento mais sofisticado. Muitos dos peixes sobrevivem ali, mas não aqueles que exigem maiores teores de oxigênio dissolvido. Além disso, há a categoria 4, que possui água imprópria para quase todos os fins a não ser para utilização industrial ou para composição paisagística. Contudo, essa água contém pelo menos um pouco de oxigênio, o que evita o mau cheiro. Os esgotos a céu aberto não são admitidos de modo nenhum. É importante salientar que a classificação se baseia no uso que se deseja dar a um trecho de um curso d'água, não importando muito o seu estado atual.

Foi feita também uma Portaria sobre a classificação das praias. Estas são divididas em duas grandes categorias: própria e imprópria. Por sua vez a categoria própria pode ser subdividida em satisfatória, muito boa e excelente, ao passo que a categoria imprópria pode ser dividida nas categorias suspeita e má.

No que se refere à poluição do ar, estabelecemos limites para os quatro principais poluentes atmosféricos: dióxido de enxofre, monóxido de carbono, oxidantes fotoquímicos e material particulado, o qual é mais conhecido como a nossa popular poeira ou fumaça. Os limites de poluentes atmosféricos precisam ser respeitados para que a saúde humana não seja agredida. Como, porém, em algumas regiões esses limites já são frequentemente ultrapassados, nesse caso tais padrões figuram como metas a serem atingidas.

A Sema estabeleceu também uma Portaria sobre poluição por resíduos sólidos, que é o nome técnico do nosso vulgar lixo. Foram estabelecidas uma série de proibições, como por exemplo, a de jogar lixo nos cursos d'água, a utilização de incineradores domésticos, etc.. Foram também feitas restrições em relação à disposição do lixo proveniente de aeroportos, hospitais, etc.

Essas portarias tiveram como objetivo estabelecer normas básicas aplicáveis a todo território nacional. Contudo, como as situações locais podem ser muito variáveis, cabe aos Estados, se o desejarem, estabelecer normas e padrões mais rígidos, o que tem sido feito, por exemplo, no Estado de São Paulo. As Prefeituras também têm um campo grande de atuação. A coleta dos resíduos sólidos, a limpeza das vias públicas, o controle da poluição sonora, a fiscalização das galerias de águas fluviais, etc, são problemas ambientais afetos às municipalidades, e têm grande importância.

A Sema, no plano federal, estabelece normas e exerce uma atividade de coordenação entre as ações dos Estados, para que cada um respeite as normas mínimas federais. Além disso, a Sema reserva para si uma ação supletiva, no caso de um Estado não poder atender a um determinado problema ambiental. Frequentemente exercemos essa ação supletiva a pedido dos próprios Estados, ajudando-os a estabelecer, entre outras coisas, acordos com empresas visando ao controle da poluição. Outra preocupação de grande importância refere-se a uma melhor ordenação dos distritos industriais. Já existe um anteprojeto de Lei a esse respeito, pois há necessidade urgente de disciplinar o assunto. Não é possível deixar a implantação desses distritos a exclusivo critério das municipalidades, sem normas básicas de ordem geral. Muita coisa pode ser prevenida num bom planejamento de distritos industriais. Já existe até uma Associação Nacional que trabalha junto às direções dessas entidades. Uma das coisas muito importantes num distrito industrial é a existência de um cinturão verde que impeça a existência de uma vizinhança estreita entre as indústrias e as áreas residenciais vizinhas. A falta dessas áreas verdes tem causado enormes problemas ambientais. Mesmo que uma indústria tenha todo equipamento de controle de poluição necessário, o mesmo pode falhar ou necessitar de reparos, o que cria uma situação difícil, quando existem bairros residenciais nas proximidades. Daí a importância dos cinturões verdes.

Para que essas disposições legais sejam

obedecidas, as legislações estaduais prevêem multas e sistemas de licenciamento. Na área federal, podemos pedir a restrição do crédito bancário ou a perda de incentivos fiscais. Trata-se portanto de penalidades extremamente severas. No entanto, temos até agora resolvido todos os casos mediante a elaboração de acordos, que prevêem os tipos de equipamentos a serem instalados e um cronograma para sua implantação. Durante o cumprimento desses acordos, deixam de ser aplicadas as penalidades.

Para prevenir problemas, a Sema, mantém um estreito contato com as entidades industriais, como por exemplo a Fiesp e a Confederação Nacional de Indústria, procurando através do diálogo resolver um série de situações difíceis. Muita coisa tem sido conseguida sem que esse esforço chegue ao conhecimento do grande público que, freqüentemente, não sabe do trabalho que está sendo feito para proteger a sua qualidade de vida.

A Sema fez recentemente uma portaria estabelecendo prazo para que a indústria alcooleira deixe de poluir nossos rios com os despejos de vinhaça e também com as águas residuárias, como por exemplo a água da lavagem das canas. Trata-se de um problema bastante sério, mas que tem solução técnica, como foi amplamente demonstrado no Estado de São Paulo. A vinhaça é um adubo bom, que enriquece as terras, em potássio, valendo o custo do seu uso na irrigação. No entanto, em outros Estados ainda não foram implantados controles adequados para esse tipo de poluição. Trata-se de um assunto da maior relevância pois o total da vinhaça que seria despejada nos rios brasileiros, se não houvesse tratamento, causaria uma poluição aproximadamente igual à que é provocada pelos esgotos de todas as nossas principais cidades reunidas.

Os padrões de emissão estão sendo estudados principalmente no que se refere à indústria automobilística, com a qual a Sema mantém contatos. Havia problemas em relação aos métodos utilizados para as análises desse tipo de poluição, e também no que se refere aos equipamentos antipoluentes a serem utilizados nos veículos. Felizmente, porém, já se chegou praticamente a um consenso a respeito, devendo a matéria merecer brevemente uma portaria por parte do Conselho Nacional de Trânsito.

Outras emissões industriais precisam ser medidas para terem os seus níveis permissíveis estabelecidos, caso a caso. Nos locais onde a concentração de indústrias é maior, é necessário ter mais equipamentos para poder controlar rigidamente a poluição, a fim de que uma qualidade do ar aceitável seja mantida. Contudo, em lugares onde há poucas indústrias, evidentemente as emissões não precisam ser tão drasticamente reduzidas. A respeito desse assunto, cumpre notar que, durante os meses de inverno, a Petrobrás envia para a região metropolitana de São Paulo óleo combustível com teor mais baixo de enxofre. Esse fato, aliado às atividades da Cetesb, já trouxe uma melhora considerável da qualidade do ar da metrópole paulista, nos últimos dois anos.

A Sema também está-se ocupando com alguns grandes problemas ecológicos nacionais, como o estudo dos processos de desertificação, a localização de águas costeiras e interiores com altos teores de metais pesados, etc. Estamos ainda preparando-nos para promover pesquisas sobre queimadas, controles naturais de enchentes, etc. Os setores de educação ambiental e de divulgação exercem atividades de apoio nessa área de vital importância. Entre outras coisas, acompanhamos de perto a instalação dos novos cursos e Departamento de Ecologia que surgem nas Universidades brasileiras. O ensino de 1º grau também recebeu atenção especial, visando à aprovação de diretrizes para a transmissão de conselhos sobre o bom uso do ambiente.

Para que as suas atividades tenham sucesso, a Sema precisa do apoio de toda a comunidade. Por outro lado, esperamos não desapontá-la, embora seja muito difícil solucionar problemas que às vezes transcendem à nossa esfera de atuação, ou que se foram acumulando ao longo dos anos.